

OIT: Brasil entra na lista negra por violar convenções de Genebra



Por Francisco Aloi
De Genebra, Suíça

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) decidiu ontem incluir o Brasil na lista negra dos 24 países que violam suas convenções trabalhistas.

O Brasil vinha sendo denunciado pelas centrais sindicais desde a conferência do ano passado.

Na última segunda-feira, no início da conferência deste ano, as centrais voltaram a fazer denúncias de irregularidades cometidas, segundo eles, na aprovação da reforma trabalhista que se transformou em lei e está em vigor desde novembro de 2017.

A inclusão do Brasil na lista se deu, segundo nota conjunta das centrais, em decorrência da aprovação dessa lei (13.467/17) que, segundo os sindicalistas, retirou dezenas de direitos das trabalhadoras e trabalhadores brasileiros, violando normas fundamentais da OIT, especialmente a Convenção 98, ratificada pelo Brasil, que

trata do Direito de Sindicalização e de Negociação Coletiva.

A OIT avalia que a possibilidade do negociado prevalecer sobre o legislado para retirar ou reduzir direitos e de ocorrer negociação direta entre trabalhador e empregador, sem a presença do Sindicato, são dispositivos que contrariam a referida convenção.

Esta decisão da OIT, que é uma agência da Organização das Nações Unidas (ONU), ao ser tomada, confirma indícios de irregularidades que serão, a partir de agora, apuradas nas comissões da entidade internacional.

É bom lembrar que a OIT é tripartite, pois envolve representantes de trabalhadores, empresários e Governo.

Ao Diário do Litoral, o sindicalista Antonio Neto, presidente da Central dos Sindicatos Brasileiros (CSB) disse que isso já era esperado no meio sindical logo no início da conferência. "Foi uma denúncia bem fundamentada e vem confirmar as práticas antis-

sindicais do governo que se tornaram ainda mais graves com a tramitação do projeto da reforma no Congresso Nacional, aprovada sem diálogo com as representações de trabalhadores e trabalhadoras, neste caso, violando também a Convenção 144 da OIT", diz o sindicalista na nota que assinou em conjunto com a CUT, Força Sindical, UGE, NCST e CTB

O Governo brasileiro terá agora que se defender na OIT, e desde ontem está mobilizando seus representantes aqui em Genebra. Alguns desses representantes, procurados pela reportagem do DL, se esquivaram falar sobre o assunto mas alegam que se o caso for confirmado "será uma injustiça que tentaram reverter durante os debates".

**O jornalista Francisco Aloi integra o Comitê de Imprensa da 107ª Conferência Internacional do Trabalho que se realiza no Palácio das Nações, em Genebra, na Suíça.*

Mercado de trabalho mantém "nível ruim"

A taxa de desemprego ficou em 12,9% no trimestre encerrado em abril, ante os 13,1% do trimestre terminado em março e os 12,2% no trimestre móvel até janeiro. Em um trimestre, o total de brasileiros ocupados caiu 1,1%, o que significa que 969 mil trabalhadores perderam o emprego nesse período, informou, ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por outro lado, na comparação com 2017, o mercado de trabalho segue mostrando recuperação, embora analistas destaquem a lentidão do processo. "Os dados (na comparação com 2017) são bons, mas o nível é muito ruim", afirmou Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), citando o elevado contingente de desempregados. No trimestre até abril, eram 13,413 milhões de brasileiros na fila do desemprego. O número está 4,5% abaixo do registrado em igual período de 2017, mas 5,7% acima do contingente do trimestre de novembro a janeiro. Para Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, o problema desde a passagem do fim de 2017 foi que os trabalhadores contratados temporariamente por causa das festas de fim de ano não foram efetivados. "Há uma falta de força do mercado de trabalho em estimular a contratação".

Pente-fino em auxílios economizará R\$ 20 bi

O governo projeta uma economia de R\$ 20 bilhões, até 2019, com as operações do tipo pente-fino feitas nos benefícios de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez. Desde o início do ano, as medidas já resultaram em uma economia de R\$ 4 bilhões apenas com o auxílio-doença, valor que chegará a R\$ 15 bilhões até dezembro, disse o ministro do Desenvolvimento Social, Alberto Beltrame, no programa especial Por Dentro do Governo, da TV NBR.

Fonte: Jornal A Tribuna – 30/05/2018

Greve ameaça tratamento de água, indica Abiquim

DA SUCURSAL

O prolongamento da greve dos caminhoneiros poderá levar à falta de produtos químicos básicos para o tratamento da água, advertiu ontem a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).

A entidade, que representa sete indústrias químicas de base instaladas em Cubatão, disse que a greve já afeta segmentos da indústria química, principalmente no transporte de produtos que saem dos polos petroquímicos para os por-

tos e na chegada de matérias-primas importadas. O acúmulo de estoques em algumas plantas pode causar queda na produção.

Segundo a Abiquim, um dos segmentos prejudicados é o de produtos químicos utilizados nas estações de tratamento de água, que não estão sendo entregues.

Em Cubatão, a Unipar Carbocloro é uma das maiores produtoras desses insumos no País. Entre as regiões atingidas, estão São Paulo, Rio de

Janeiro e Paraná. Essa situação pode gerar falta de água potável e diminuição na vazão capaz de manter o atendimento a serviços essenciais, como hospitais.

O segmento de gases medicinais – em Cubatão, há a Linde Gases – também encontra dificuldades para a entrega de oxigênio líquido medicinal, produto utilizado para a manutenção e preservação da vida de pacientes em UTIs, CTIs, em estado crítico, ou que estejam sofrendo de crise respiratória.

EM CASA

Desde segunda-feira, todas as empresas do Polo Industrial de Cubatão decidiram optar pelo trabalho em casa (*home office*) dos funcionários para o setor administrativo, utilizando redes sociais para executarem tarefas.

O objetivo foi economizar combustível das empresas que prestam serviços de transporte, cuja oferta de ônibus foi restrita aos trabalhadores de turnos nas unidades industriais.

Fonte: Jornal A Tribuna – 30/05/2018

Petroleiros: greve é ilegal, afirmam Petrobras e AGU

A Petrobras e a Advocacia-Geral da União (AGU) foram ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) pedir que a greve de petroleiros, prevista para ontem, seja considerada ilegal, sob pena de multa de R\$ 10 milhões por dia aos sindicatos responsáveis caso haja paralisação. As informações são da Agência Brasil. Para a empresa e o órgão, a greve de petroleiros, caso ocorra, será abusiva, por ofender direitos fundamentais de toda a sociedade, e nula, por trazer reivindicações que não são de cunho trabalhista, mas político. Os petroleiros pedem, por exemplo, a demissão do atual presidente da Petrobras, Pedro Parente.

O movimento dos petroleiros ocorre após nove dias de paralisação de caminhoneiros, que resultou em uma crise de abastecimento em diversas cidades brasileiras, sobretudo de combustíveis e alimentos. Uma greve neste momento, argumenta a AGU, levaria a um severo agravamento da situação em hospitais e escolas, por exemplo, uma vez que “a redução da produção ou a sua completa paralisação geram prejuízos gravíssimos à sociedade, tendo em vista o potencial para prejudicar o abastecimento do mercado interno de gás natural, petróleo e seus derivados”. “Nessa linha é inadmissível admitir que a atuação oportunista de determinado grupo enseja a ausência de serviços públicos essenciais, em prejuízo de toda a sociedade”, escreveu a advogada-geral da União, Grace Mendonça, no pedido ao TST. Segundo a Petrobras e a AGU, uma greve de petroleiros neste momento pode levar a prejuízos da ordem de R\$ 349 milhões por dia à Petrobras, decorrentes da interrupção da produção de combustíveis.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 30/05/2018